

ser debatido aqui e votado no plenário. É muito importante que os deputados que realmente lutam em defesa dos aposentados e pensionistas votem a favor do nosso PDL nº 22.

Nós votamos a urgência. Agora nós vamos votar no congresso de comissões, e depois aqui no plenário. É fundamental, porque o que o governador Doria fez, deputado d’Avila, com os aposentados, é um crime.

Ele está roubando o remédio, o alimento dos servidores aposentados e pensionistas. Ele está cometendo um assalto à mão armada aqui no estado de São Paulo. É um ataque ao estatuto do idoso, inclusive, e também um crime de lesa-humanidade.

Então, a Assembleia Legislativa tem a oportunidade de mudar essa situação. As entidades que representam os servidores já foram à Justiça. Têm várias ações aqui no Tribunal de Justiça. O Ministério Público já foi acionado, mas ainda não houve uma vitória do campo jurídico, mas a Assembleia Legislativa pode resolver essa situação.

Os deputados que votaram na reforma da Previdência, muitos estão arrependidos, dizendo: “Eu não sabia que ia prejudicar os aposentados”. Então é a hora de fazer uma reparação histórica, votando no PDL. Então, se o deputado votou na reforma da Previdência, ele pode agora fazer uma reparação.

Muitos deputados me dizem o seguinte: “Eu me arrependo. Eu votei, mas eu não sabia”, e dizendo: “Eu vou votar agora no PDL 22”.

Então, é muito importante que todos os deputados que estão na defesa, de fato, dos aposentados e pensionistas, votem favoravelmente e façam esforços e gestões para que o nosso PDL nº 22 seja aprovado, para que cesse definitivamente o confisco, o assalto aos aposentados e pensionistas do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sra. Deputada e presidente desta sessão.
A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu que agradeço, Sr. Deputado.

O SR. FREDERICO D’AVILA - PSL - Para uma breve comunicação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - É regimental. Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. FREDERICO D’AVILA - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Recebi aqui agora uma notícia de que São Paulo proíbe bebidas alcoólicas em restaurantes e conveniências após as 20 horas. É inacreditável.

O deputado Giannazi falou agora sobre o assalto dos aposentados e pensionistas. Em tudo que vem de ruim do governador João Doria eu acredito, no senhor ou em qualquer pessoa que fale.

É inacreditável. A gente já sabe que ele não gosta de beber, o governador João Doria. Tem uma adegua milionária só para ficar servindo os outros, para embedar os outros para fazerem negócios favoráveis para ele.

Eu já desconfio muito de quem não bebe. Em quem não bebe, não dá para confiar muito. Agora ele quer proibir a pessoa de beber bebida alcoólica após as 20 horas. Antes, estava permitido até as 22 horas. Com isso, ele aumentou em mais duas horas o horário de funcionamento do comércio, de bares e restaurantes. É inacreditável.

E também recebeu a notícia de que vários transportadores de alimentos da Ceagesp - não só para a Ceagesp, que é Grande São Paulo, mas para todo o interior do estado -, estão revoltados com os aumentos de impostos sobre vários produtos da cesta básica, e também de fora dela, mas principalmente hortifrutif, folhas, legumes, verduras.

Já estão extremamente revoltados. Então, amanhã, se houver paralisação... Não digo no dia de amanhã, mas, se logo mais ocorrerem paralisações no transporte desses produtos, o Sr. João Doria já sabe o que está acontecendo.

Ao invés de se manifestarem nas vias públicas, o que às vezes até atrapalha o deslocamento de quem não tem nada a ver com a história, eu já sugiro aqui ao pessoal que descarrega na Ceagesp que vá direto à Rua Itália, nº 414, que é a casa do governador João Doria.

Parem seus caminhões defronte à casa do governador João Doria. Ai, quando ele ficar dentro de casa e não puder sair, só se ele mandar o seu helicóptero descer no jardim para ele sair de lá.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Seguindo com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal, que segue na Presidência. Deputado Ed Thomas. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Maurício. (Pausa.) Deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.)

Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado André do Prado. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Frederico d’Avila, que, por permuta, cede o tempo ao deputado Gil Diniz. Vossa Excelência tem o tempo regimental de dez minutos.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, Sra. Presidente. Sigo aqui agora no Grande Expediente. Agradeço ao deputado Frederico d’Avila por essa permuta.

Presidente, assim como agradeci aos deputados e ministros que nos receberam em Brasília, queria agradecer também ao Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares. Eu o conheço como Sérgio, Serginho. Por quê? Nós éramos militantes no Twitter, há muito tempo, quando eu nem imaginava ser deputado e ele nem imaginava ser presidente da Fundação Palmares.

Quando fui eleito deputado, lembro que ele entrou em uma discussão com um coordenador pedagógico aqui de São Paulo, da Diretoria Leste IV, que incentivava os seus alunos... Um professor, coordenador pedagógico, que incentivava os seus alunos a fumarem maconha.

Eu representei esse coordenador pedagógico junto à Diretoria Regional de Ensino, não como medida de retaliação, mas para questionar mesmo. Como é que um coordenador pedagógico, em uma rede social, publicamente, pode fazer apologia ao uso de drogas, inclusive chamando os alunos para fumarem maconha?

E o Sérgio foi quem chamou atenção. É uma pessoa que tem um conhecimento profundo de causa, que está sofrendo com racismo. Não é aquele racismo estrutural que a galera de esquerda gosta de falar, mas o racismo explícito.

Entrem nas suas redes sociais, no Twitter, no Instagram, e vocês vão ver o que é realmente racismo, pois ele não concorda com esses grupos ideológicos de extrema-esquerda.

Eu lamento a posição do Senado Federal, que retornou para a lista de celebridades negras pessoas como Madame Satã, um criminoso condenado. Salvo engano, três homicídios ou mais. É esse tipo de gente que queremos homenagear? Acredito que não.

Então, queria deixar registrados os meus parabéns ao Sérgio Camargo pela condução que ele está tendo na Fundação Palmares. Sofre uma perseguição ideológica, racismo público. Já sofreu várias ameaças de morte.

Sua vida está em risco, mas, mesmo assim, segue à frente da Fundação Palmares. Espero que continue fazendo esse excelente trabalho. Então, meus parabéns ao Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares.

Presidente, outra coisa para a qual eu queria chamar atenção: esta semana o governo federal isentou de imposto de importação as armas. É uma pauta que elegeu o presidente da República e elegeu outros deputados federais, senadores, deputados estaduais, muito embora não seja nossa prerrogativa nesta Assembleia.

Vejam só: tem gente que gosta de imposto, não é? A gente está vendo o governador aumentando imposto até de alimento,

mas me surpreende uma frase da Ilona Szabó, ela que foi convidada para compor o conselho pelo ex-juiz Sérgio Moro. Olhem a frase dela: “Ganham os grupos de apoio e o crime organizado com o imposto zerado para armas importadas”.

Olha, eu não sabia que criminoso comprava arma em loja reconhecida, que colocava seu CPF, que colocava seu nome completo, seu endereço, seu atestado psicológico e psicotécnico para ter as armas. Eu não acho que aqueles criminosos que foram abatidos, eliminados ontem em frente ao Aeroporto de Congonhas pelas Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, a Rota, tinham comprado seu arsenal em uma loja regular.

Então, é triste ver uma pessoa como essa, que se diz especialista em armas, dizer que quem lucra com isso é o crime organizado, quando nós sabemos que não é, que não tem nenhuma relação.

É simplesmente criminalizar o cidadão comum que quer o seu direito à legítima defesa. O presidente reduz os impostos de importação para armas legais, para cidadão que tem que comprovar que tem trabalho, que tem condição psicotécnica, que não tem nenhum registro policial, nenhuma condenação.

E a especialista, como vários outros, da Viva Rio e dessas fundações aí, que adoram ser promovidas pela grande mídia, vêm dizer isso. Isso aqui é simplesmente um absurdo que a gente precisa condenar veementemente, porque ela criminaliza quem nunca cometeu crime algum.

Eu espero, ainda em vida, poder testemunhar que cada cidadão brasileiro, se assim quiser, se assim desejar, tenha a sua arma de fogo para se defender, defender a sua vida, a vida da sua família, o seu patrimônio, que foi duramente conquistado.

Quem não quiser não tem problema. Agora, a gente não pode achar normal que armas de fogo ainda sejam elitizadas, ainda sejam para um grupo que tem um poder aquisitivo, que o pobre ali, coitado, trabalhador, não tenha o acesso à legítima defesa.

E tem canalha que diz que é contra arma de fogo, que é contra a legítima defesa, que anda de segurança armado. Olha aí um exemplo dessa hipocrisia: o deputado federal Marcelo Feixo, que é desarmamentista, que não gosta de arma de fogo, que não quer que você, trabalhador, se defenda, anda com policiais armados fazendo a sua escolta. O Luciano Huck é outro, esbanja na hipocrisia. Seguranças armados para mim, desarmamento para você. Então espero que essa realidade no nosso país mude.

Para finalizar, presidente, gostaria de colocar aqui um vídeo da Argentina. Parece-me que ontem a Câmara Federal deles aprovou o aborto. Essa pauta segue para ser deliberada no Senado, mas eu gostaria de mostrar aqui algumas imagens da comemoração dessas mulheres que querem, que exigem o direito de poder assassinar os seus filhos ainda no ventre.

\* \* \*
- É exibido o vídeo.
\* \* \*

Meu repúdio aos deputados argentinos, ao Governo argentino, por aprovar esse tipo de pauta. Como é triste ver mulheres comemorando o direito de poder assassinar vidas inocentes ainda no útero materno. A realidade é essa. Até 14 semanas, se aprovado for da maneira que está, essas mulheres poderão assassinar os seus filhos ainda no útero materno. Catorze semanas.

Aí, logo, logo vem um outro projeto, que vai dar uma elasticidade a isso, vão aumentar de 14, sei lá, para nove meses, e depois vão fazer como em alguns outros países, que já discutem, deputada Janaina Paschoal, o aborto pós-parto. É a novilingua, na verdade, é um assassinato, é um homicídio, como é um homicídio ali dessa vida ultrauterina. É uma vida.

Então, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida desta Casa, como cristão, como católico, como ser humano que teve o direito de nascer, de viver - porque a única diferença minha para aquela vida que vai ser assassinada foi a alimentação, o cuidado que a minha mãe teve comigo -, não tem como aceitar essa comemoração.

Eu tenho certeza de que há deputados nesta Casa que devem ter vibrado juntos, tem deputados no Congresso Nacional que vibraram juntos com esse tipo de deliberação. Para mim isso é diabólico, isso é o fundo do poço da humanidade, isso é criminoso.

O primeiro direito humano é o direito à vida, é o direito de nascer. Então o meu repúdio ao governo argentino, a essas pessoas que comemoram, que estão comemorando a liberação desse massacre, desse genocídio dessas vidas intrauterinas.

Presidente, gostaria que fossem enviadas as notas taquigráficas referentes ao aborto na Argentina para o consulado argentino e para a embaixada da Argentina, mostrando aqui a nossa indignação. Tomara que o Senado Federal argentino possa derrubar essa monstruosidade.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Presidente, se houver acordo entre as lideranças, peço o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu solicito ao Srs. Assessores que encaminhem o bellissimo discurso do deputado, conforme seu requerimento.

E sem, talvez, a mesma erva de repúdio, vamos dizer assim, faço minhas as suas palavras, porque, realmente, comemorar algo tão triste e admitir, muito embora haja liberdade de manifestação, falar em aborto tardio ou pós-parto, que seria um sinônimo, é o oposto de direitos fundamentais. O primeiro direito humano, como V. Exa. bem disse, é o direito a nascer. Então é muito importante esse discurso.

Bom, chegamos ao final de uma semana. Quero agradecer a companhia de todos, de todas as pessoas que nos acompanharam aqui nos debates, nos discursos, nos trabalhos, que têm sido intensos.

Respeitando a convicção de cada qual, seja com relação às vacinas, com relação ao tratamento precoce ou tardio, com relação à necessidade de fazer um isolamento horizontal ou vertical, respeitando todas essas convicções, quero pedir que compreendam que a doença existe, que a doença requer cautelas, e que nós podemos tomar todos os cuidados possíveis e cabíveis justamente para que a sociedade consiga continuar funcionando como vem funcionando.

Então vamos fazer, cada um de nós, a nossa parte, nos protegendo, protegendo ao próximo, para o País poder seguir, porque vai ser muito difícil se precisar ocorrer algum tipo de paralisação mais radical.

Então, desejando saúde a todos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por encerrados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.
\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 57 minutos.
\* \* \*

## 14 DE DEZEMBRO DE 2020 111ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: CORONEL TELHADA e GIL DINIZ</p>
---

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - JANAINA PASCHOAL
Defende revisão do montante orçamentário a ser destinado à publicidade do Governo do Estado. Manifesta-se a favor da vinculação dos recursos adicionados ao Orçamento do Poder Judiciário para a nomeação de escreventes, e para a infância e juventude. Comenta reunião em prol da adoção de bebês, realizada hoje. Valoriza a apresentação de emendas em obediência à técnica regimental. Tece

considerações a respeito da concessão de emendas impositivas. Esclarece que não objetiva realizar propaganda pessoal para solicitante de recursos. Discorre acerca do não aproveitamento de emenda para poço artesiano no município de São Pedro.

3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Lembra que em certa oportunidade prefeito recusara emenda para compra de ambulância, por não haver motorista.

4 - GIL DINIZ
Para comunicação, afirma que emenda de sua autoria, no valor de 250 mil reais, fora recusada pelo prefeito de Praia Grande, em razão de sigla partidária.

5 - GIL DINIZ
Lê e comenta matéria jornalística sobre adiamento do envio de estudos da Coronavac, pelo governo estadual, para a Anvisa. Crítica o governador João Doria e o prefeito de Salvador, ACM Neto. Afirma que a vacina não está aprovada. Lamenta a não reabertura das escolas. Defende desobediência civil contra imposições a não celebração do Natal.

6 - DOUGLAS GARCIA
Para comunicação, anuncia a presença de Dylan Dantas, eleito vereador em Sorocaba.

7 - GIL DINIZ
Assume a Presidência e parabeniza Dylan Dantas pela eleição em Sorocaba.

8 - CASTELLO BRANCO
Lamenta a retirada de 454 milhões de reais do Orçamento da Fapesp. Exibe e comenta slides sobre o tema. Manifesta-se contra o PL 627/20. Crítica o governador João Doria. Enaltece o valor da pesquisa.

9 - CORONEL TELHADA
Saúda os municípios paulistas aniversariantes. Parabeniza marinheiros, engenheiros de pesca, alergistas e imunologistas, por datas comemorativas das profissões. Informa que hoje estivera em Atibaia para a entrega de viatura e equipamentos para a Defesa Civil. Lamenta falecimentos de profissionais da Segurança Pública, em razão da Covid-19 e assassinato. Crítica o governador João Doria por tentativa de impor a vacinação sem comprovação científica.

10 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência.

11 - GIL DINIZ
Lista e parabeniza eleitos em Sorocaba. Elogia o prefeito de Porto Feliz, Cássio Prado, por combate à Covid-19, na cidade. Menciona o índice de popularidade do presidente da República, demonstrado em pesquisa. Lê e comenta artigo sobre o tema. Afirma que acredita em aprovação ainda maior. Discorre acerca do impacto do aumento do ICMS sobre ovos, na cidade de Bastos. Crítica o governador João Doria.

12 - GIL DINIZ
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

13 - CORONEL TELHADA
Defere o pedido. Informa que não votara a favor de projeto que majorara a alíquota do ICMS. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 15/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\* \* \*
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.
\* \* \*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP – Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Hoje, dia 14 de dezembro de 2020, uma segunda-feira, iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: primeiro orador, deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Frederico d’Avila. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Maurício. (Pausa.) Deputada Valéria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., todas as pessoas que nos acompanham, funcionários da Casa. Quero dizer que esta vai ser uma semana bastante ativa na Casa, por que votaremos o Orçamento, ao que tudo indica.

Vou reiterar as observações que fiz na semana passada. Concorde, em linhas gerais, com a LOA, com o relatório apresentado pelo deputado Olim, mas entendo que é uma necessidade - tomei a liberdade de escrever, inclusive, para o líder do Governo - rever os montantes destinados à publicidade.

E também entendo que seria de bom tom nós vincularmos o valor adicional que o Executivo mandou aqui, um comunicado para a Casa, a ser destinado ao Poder Judiciário. Hoje mesmo, pela manhã, tive a felicidade de realizar uma profícua reunião da nossa Frente Parlamentar pela Celeridade na Adoção de Bebês, com a participação de autoridades estaduais, autoridades federais.

Um dos pontos que foi, assim, consenso foi da necessidade de dar prioridade aos processos de adoção, para que essas crianças tenham um lar. Mais do que as famílias que buscam um filho, para que as crianças que estão vulneráveis tenham um lar.

E para isso seria de todo necessário que as verbas destinadas ao Tribunal de Justiça pudessem, pelo menos uma parte, ter ali assinalada a finalidade de chamar escreventes já aprovados, de destinar esses valores para as equipes multidisciplinares, sobretudo aquelas que se dedicam à infância e à juventude e, em especial, aos processos de adoção.

Tenho defendido as nossas emendas, mesmo aquelas que não foram claramente acatadas, mas eu queria pedir às pessoas que de alguma maneira foram contempladas por essas emendas que compreendessem que o nosso trabalho tem que seguir nos termos da lei, nos termos do Regimento.

Então, existem momentos para nós apresentarmos emendas. Eu apresentei, por meio da bancada, no momento adequado. Quando houve a escolha, o sorteio do relator, conversei com o deputado relator.

Mas assim, este final de semana foi muito conturbado, por que as pessoas ficam encontrando pessoas que nos conhecem para fazer uma pressão que eu, com todo o respeito, acho que passa um pouco dos limites.

E em regra as falas são um tanto quanto agressivas, injustas, frases do gênero “Ah, o que adianta apresentar emenda e não brigar por ela?”, “Ah, o que adianta dizer que abraçou a causa e não lutar pela causa?”.

Então eu queria explicar que nós temos que trabalhar dentro da lei. Eu não posso agredir um colega, eu não posso ofender as pessoas. Eu posso propor utilizar o Regimento a nosso favor, mas eu não tenho como constranger as pessoas. Então eu queria só explicar que o nosso trabalho é também um trabalho técnico, é também principalmente um trabalho que tem que acontecer dentro da lei.

Outra situação muito complicada: junto com o Orçamento, existe a publicação das emendas impositivas, que é esse montante que todo deputado tem direito de assinar lá no final do ano, que é um problema, porque a gente indica as emendas

impositivas sem que as emendas indicadas no ano anterior tenham sido pagas.

Então, todo colega procura, pelo menos este foi o meu critério, fazer uma espécie de rodízio entre as cidades contempladas, as instituições contempladas.

Algumas vezes, a iniciativa de indicar uma instituição tem a ver com um ofício encaminhado por um vereador ou um ofício encaminhado por um prefeito. Não raras vezes, a própria entidade manda o ofício. E o que estou vivenciando perplexa? Quem enviou o ofício exige que eu grave um vídeo dizendo que foi a pessoa que enviou o ofício, que “onde é que já se viu não estar dando crédito de quem deu o ofício?”.

Ora, se a pessoa pediu uma verba para a Santa Casa e a gente fez a indicação, a pessoa foi contemplada porque a Santa Casa vai receber e os pacientes poderão ser tratados. Desculpem, não faço vídeo nem para mim, sabe? Então, se a pessoa mandou o ofício, pega o ofício, publica o ofício, mas não queira exigir que eu fique fazendo propaganda pessoal, porque ou existe o interesse de ajudar a cidade, o interesse de ajudar aquela instituição, ou na verdade é apenas um interesse de autopromoção.

Presidente, posso ter mais um minuto para encerrar aqui? Outra coisa que eu fiquei perplexa: na cidade de São Pedro, um vereador mandou ofício para pedir um poço artesiano. O valor é pequeno? É pequeno, mandei lá 150 mil reais. É necessário que a cidade cumpra uma série de burocracias; pois bem, não cumpriram. Agora estou correndo o risco de perder a emenda.

Quando a minha assessora entrou em contato na prefeitura, a funcionária que atendeu disse “Ah, muito trabalho, muito difícil, o valor é muito alto que a gente vai ter que complementar”.

Ué, por que não falou isso quando a gente indicou a emenda? Essa coisa de emenda é séria, é séria porque a gente indica para uma instituição e deixa de indicar para outra. Aí o sujeito que recebeu a indicação não quer ter o trabalho de apresentar um documento.

Estou expondo essas situações assim para que as pessoas reflitam. Na hora que você manda um ofício para pedir uma emenda, aquilo é um documento. Existe uma movimentação de uma série de funcionários do Legislativo, do Executivo para isso acontecer. Nós fazemos uma seleção séria.

É duro, às vezes, dar para um e não dar para outro. A gente vê o mais carente, o que tem os documentos. E aí: “Ah, não. Não quero ter o trabalho de apresentar documentação”. Desculpem, é grave isso. É grave. Beira uma situação de irregularidade, porque não pode mandar ofício assim.

Eu quero deixar claro que quem mandar ofício para o meu gabinete pedindo emenda para a cidade, para o hospital, para a entidade, manda pelo bem. Eu não vou fazer propaganda de ninguém.

Já quero deixar isso claro aqui. E quem eu indicar, a pedido, que saiba que tem que providenciar os documentos, porque senão eu vou começar a tomar providências. Entendeu? Não é brincadeira. A gente perde a verba porque a pessoa não faz a sua parte.

Eu vou agora pedir licença, porque vou acompanhar o Colégio de Líderes, para saber como ficará a votação nesta semana.

Obrigada, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - De nada, deputada. Seja bem-vinda à política do estado de São Paulo.

Uma vez, para a senhora ter uma ideia, um vereador veio, pediu uma ambulância. Eu mandei a ambulância para a cidade através de uma emenda. Gil, o prefeito não quis a ambulância porque não tinha motorista.

Devolvi a minha emenda. É assim mesmo. Por isso, que a partir de agora, todos os pedidos que vem através de vereador, eu peço para que venham com o “ok” do prefeito, para que não aconteça isso.

Gil, você assume aqui, por gentileza?
O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Assumo. Uma breve comunicação, presidente? Só para dialogar com a deputada Janaina e com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Claro, fique à vontade.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - PARA COMUNICAÇÃO - Eu fiz uma emenda parlamentar no valor de 250 mil reais - inclusive solicitei uma verba federal - e mandei para algumas cidades. Para cada cidade, 250 mil reais. E uma cidade do litoral paulista, Praia Grande, onde a prefeitura é do PSDB, o prefeito não quis a verba.

Simplesmente ele recusou 250 mil reais que seriam para asfaltar - a gente sabe que dá para asfaltar uma, talvez duas ruas -, porque a verba estava sendo mandada por um deputado do PSL - então deputado do PSL, hoje estou sem partido.

O prefeito da cidade recusou executar aquele recurso, vejamos só vocês. Então realmente, deputada Janaina, é triste isso, porque, como a senhora disse, o cobertor é curto.

Quando a gente faz a divisão, dói o coração quando a gente não consegue ajudar uma entidade, uma cidade, uma prefeitura. E, quando a gente consegue, Coronel Telhada, ajudar essa entidade, essa cidade, eles se recusam a pelo menos tentar executar esse recurso.

Nós sabemos que é muito trabalho. É realmente trabalhoso, é burocrático, mas, já que fizermos a solicitação, o mínimo que podem fazer é correr atrás, com todas as energias que eles podem, para executar esse valor.

Então faço coro, deputada Janaina, às vossas palavras, porque realmente é muito triste a gente enviar um recurso como esse, tão escasso, e ao final não conseguir ser executado por preguiça de muitos.

Muito obrigado, presidente.
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Por isso que é bom a gente falar isso aqui, para o povo saber a realidade das coisas. Bom, o próximo deputado é o Coronel Telhada, mas eu falarei posteriormente.

Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Vai fazer uso da palavra? Não fará uso da palavra. Então é você, deputado Gil Diniz. Vossa Excelência tem o tempo regimental. Depois o senhor me rende aqui, para que eu faça uso da palavra.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente. Boa tarde, deputado Douglas Garcia, deputada Janaina Paschoal, que estava aqui até o presente momento, aos funcionários, aos policiais militares, policiais civis da Casa, aqueles que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente, hoje fui surpreendido pela fala do governador naquele comício que ele gosta de fazer, todos os dias, no Palácio dos Bandeirantes. Já está até maçante, chato de ouvir aquela propaganda eleitoral extemporânea que ele faz ali, deputado Douglas, e ele recuou na questão do prazo da vacina.

João Doria, um dos maiores sócios do c aqui no Brasil. E a reportagem do Globo diz aqui: “O governo de São Paulo mudou a estratégia para conseguir a aprovação da Coronavac e adiou para o dia 23 de dezembro o envio do resultado dos testes da vacina no Brasil à Agência Nacional da Vigilância Sanitária”.

E continua aqui. Nós sabemos que a grande mídia em São Paulo é uma grande relações públicas do governo de São Paulo. Na verdade, não recuou nada. Ele não tem o que mostrar, deputado Douglas Garcia.

Ele não tem o que mostrar. Não tem comprovação nenhuma. O governo tenta, a todo custo, enfiar essa vacina no povo paulista, no povo brasileiro, e não é pela saúde do brasileiro, não. É para mandar bilhões de dólares para o Partido Comunista Chinês.

Ele usa a nossa saúde como se fosse uma mercadoria e quer nos impor essa vacina a todo custo. Inclusive, Coronel Telhada, deu um prazo para o início da vacinação, dia 25 de janeiro do próximo ano, mas não tem vacina. Não está aprovada. E nesta reportagem aqui diz o seguinte, que vai aplicar a vacina com a aprovação da Anvisa, ou não, ou de uma entidade internacional similar.